

9.1. ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – ARTIGO 58º DA TABELA DE TAXAS:

Da **DSJC** submetendo à apreciação do Executivo Municipal com vista à aprovação da Assembleia Municipal o Projeto de Alterações (anexo II), que se anexa.

PROCESSO Nº 2019/100.10.400/12

<p>Despacho da Chefe da DSJC - Divisão dos Serviços Jurídicos e Contencioso</p> <p>Concordo Remeter-se ao Sr. Presidente com vista a remeter à reunião do Executivo Municipal para ser aprovado pela Assembleia Municipal</p> <p>17/10/19</p> <p><i>[Signature]</i></p>	<p>Despacho do Sr. Diretor da DMGAP – Direção Municipal de Gestão, Administração e Prospetiva</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>O Diretor Municipal de Gestão Administração e Prospetiva Miguel Antunes Guimarães</p> <p>21/10/2019</p>
<p>Despacho do Sr. Vereador, com competência delegada por Despacho do Sr. Presidente de 6 de novembro de 2017</p> <p>11</p>	<p>Despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal</p> <p>Boa tarde Miguel, por favor apurais de</p> <p>A.A.</p> <p>8/10/22</p> <p><i>[Signature]</i></p>

ALTERAÇÃO AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

ARTIGO 58º DA TABELA DE TAXAS

Gestora do procedimento: (Procedimento iniciado pela Dra. Ana Bernardo)

Elisa Cunha Coelho

➤ VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS REGRAS DO CPA APLICÁVEIS

- 1.1. Aprovação do início do procedimento em Reunião do Executivo Municipal de **29/07/2019** ✓
- 1.2. Publicitação do início do procedimento:
 - 1.2.1. no sítio institucional do Município – **07/08/2019** ✓
- 1.3. Fim dos 10 dias – **22/08/2019** ✓

FUNDAMENTAÇÃO

A já referida na informação inicial para abertura do procedimento, em conjunto com a proposta «Estacionamentos Urbanos de Braga», elaborada pela TUB, em 22/07/2019 (cfr. **Anexo I**).

PROCEDIMENTOS A SEGUIR:

Ora, quanto à

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Há lugar à **audiência de interessados** quando se trate de regulamentos que contenham disposições que afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, isto é, de regulamentos que incluam normas imediatamente operativas, cujos efeitos se produzam imediatamente, sem dependência de um ato concreto de aplicação.

E serão ouvidos em audiência de interessados todos aqueles que se tenham registado para esse efeito, de acordo com as instruções divulgadas a quando da publicitação do início do procedimento – e apenas quem se tenha registado.

No caso em apreço,

- Não houve constituição de interessados; e,
- a alteração proposta no âmbito da Tabela de Taxas do Município de Braga, implica uma redução da Taxa a aplicar ao “Estacionamento com parcometros coletivos”, que passará de 1€ para 0,80€.

Assim, e s.m.o., não se trata de uma disposição que afete de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos.

Neste sentido, vd. «Código do Procedimento Administrativo – Anotado» - Luiz Cabral de Moncada, anotação ao artigo 100º - Audiência dos interessados, pg. 326 a :

«1.2. Não são todos os regulamentos dos órgãos administrativos (não apenas da Administração Pública) que ficam sujeitos à obrigatoriedade da audiência dos interessados. Apenas a ela ficam sujeitos os regulamentos que contenham normas imediatamente operativas na medida em que *afetem de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos*. A audiência cobra a sua razão de ser no caso dos regulamentos com normas imediatamente operativas. Não sendo esse o caso, as exigências participativas cumprem-se ao nível dos atos administrativos que os aplicam.

A audiência também só se justifica se os regulamentos conterem disciplinas desfavoráveis aos interessados. Para os outros não tem de haver audiência anteriormente à respetiva aprovação por quem de direito. Dela não carecem, portanto, os regulamentos que consagram regimes jurídicos favoráveis aos particulares (bolsas de estudo, subvenções agrícolas, benefícios fiscais, subsídio de desemprego, etc) tão vulgares no âmbito da administração de prestações que, embora em declínio estrutural, continua a ser elemento central do conteúdo e do princípio constitucionalmente conformador do Estado-de-Direito social e fator decisivo da coesão económica, social e territorial. Uma parte substancial da atividade administrativa regulamentar não está, portanto, abrangida pela obrigatoriedade da audiência»

Pelo que, se propõe:

① **DISPENSA DA AUDIÊNCIA DE INTERESSADOS** (artigo 100º, nº 3 do CPA): porque não houve constituição dos interessados e porque se trata de alteração que não contém qualquer prejuízo para os municípios.

E

② **DISPENSA DA CONSULTA PÚBLICA** (artigo 101º do CPA) –, por não se justificar, face à matéria a alterar (benéfica para os Municípios, como se disse).



Assim sendo, o Projeto de Alterações (Anexo 2 está pronto a ser remetido ao Sr. Presidente da CMB, para remessa ao Executivo Municipal, com vista à aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior,

A jurista,

Elisa Cunha Coelho

17/10/2019

ANEXO I

FUNDAMENTAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O propósito do Município de Braga em proceder á fixação de uma taxa de valor inferior á que fora fixada anteriormente, no que concerne á ocupação dos lugares de estacionamento, tem como escopo equilibrar a oferta e a procura e dinamizar economicamente o centro da cidade.

Pretendeu-se fixar um preço, que responda á procura, que não seja tão baixo que leve a um *spillover* (excedente), nem tão alto que leve a um sistema vazio.

A intenção é organizar as ruas da cidade, retirando pressão às ruas.

De facto, com uma taxa horária de 1€, verificaram-se três situações:

1. nas ruas tarifadas muitos dos lugares estavam vagos;
2. nessas mesmas ruas verificava-se a existência de estacionamento ilegal; e,
3. as ruas envolventes e não tarifadas viram a pressão automóvel na rua aumentar.

A taxa de ocupação era de 18%, um valor demasiado baixo e que põe em causa a sustentabilidade do sistema

O preço mostrou-se desajustado e resultava ou em muitos km percorridos na procura de estacionamento gratuito, ou num boicote ao centro da cidade por parte dos cidadãos, originando um impacto económico negativo no comércio local.

ANEXO II

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO ARTIGO 58º DA TABELA DE TAXAS MUNICIPAIS

Redação anterior				
Artº 58		Estacionamento com parcómetros coletivos:		
		2018	2019	IVA
1-De segunda a sexta feira entre as 09.00 e as 19.00 horas e aos sábados entre as 09.00 às 13.00 horas, exceto em dias de feriados, custo por hora	Parc. 01	1,00	1,00	a)*
2-Em zonas autorizadas:				
2.1-Moradores, por mês	Parc. 02	8,93	9,20	a)
2.2-Comerciantes, profissionais liberais e outros, por mês	Parc. 02	19,13	19,75	a)
Nova redação				
Artº 58		Estacionamento com parcómetros coletivos:		
		2018	2019	IVA
1-De segunda a sexta-feira entre as 09.00 e as 19.00 horas e aos sábados entre as 09.00 às 13.00 horas, exceto em dias de feriados, custo por hora (15m/0,20€)	Parc. 01	1,00	0,80	a)*
2-Em zonas autorizadas:				
2.1-Moradores, por mês	Parc. 02	8,93	9,20	a)
2.2-Comerciantes, profissionais liberais e outros, por mês	Parc. 02	19,13	19,75	a)

*IVA a) Incluído à Taxa Normal

- Entrada em vigor no 1º dia útil seguinte ao da publicação em D.R.